



## XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2023
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	Implicações da propriedade intelectual na mitigação das mudanças climáticas e no acesso às tecnologias verdes
<b>Autor</b>	BRUNO FERRARI LUCAS
<b>Orientador</b>	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

As mudanças climáticas apresentam grande desafio para a comunidade internacional, principalmente para países em desenvolvimento, como é o Brasil, cujos esforços para reduzir a emissão de gases de efeito estufa estão aquém das metas estabelecidas no Acordo de Paris. Nesse contexto se insere a presente pesquisa, que busca avaliar o papel da propriedade intelectual na mitigação das mudanças climáticas e no acesso às tecnologias de adaptação climática, uma vez que esse ramo do direito pode oferecer ferramentas estratégicas para incentivar a inovação e o desenvolvimento de tecnologias verdes e, ao mesmo tempo, diante da exclusividade inerente ao sistema patentário, obstaculizar o acesso universal aos bens e informações essenciais para a proteção do meio ambiente. A justificativa do trabalho está na relevância da investigação de quais mecanismos estão sendo utilizados para a obtenção de ganhos sociais relacionados ao alcance de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental assegurado na Constituição (art. 225, CF/88). Assim, tem-se como objetivo responder à questão acerca de como os direitos de propriedade intelectual vêm impactando na adaptação do Brasil para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Para a elaboração desta pesquisa, realizou-se um estudo qualitativo e exploratório, utilizando-se o método dialético, através de uma visão funcionalista dos institutos jurídicos, bem como das técnicas de revisão bibliográfica e documental de relatórios econômicos, ambientais e tecnológicos. Por fim, como resultado parcial, pode-se concluir que, embora medidas como o programa de Patentes Verdes do INPI tenham sido aprovadas, juntamente com o recente robustecimento da lei quanto à licença compulsória de patentes e o contínuo crescimento do setor de energias renováveis no Brasil, ainda há a necessidade de maiores incentivos para o desenvolvimento de pesquisas de inovação e a disseminação de tecnologias verdes, cuja responsabilidade deve recair sobre o Estado.